

# GASTOS DO CONSUMIDOR PAULISTANO COM ALIMENTAÇÃO E COM FRUTAS NUMA DÉCADA DE PLANOS ECONÔMICOS (1985-95)

José Sidnei Gonçalves<sup>1</sup>  
Luis Henrique Perez<sup>2</sup>

## 1 - INTRODUÇÃO

A economia brasileira passou, durante os anos 80, por um crônico processo inflacionário com importantes impactos produtivos e redistributivos. A persistência da espiral inflacionária dificultou o cálculo econômico tanto no tocante aos gastos empresariais quanto dos consumidores. Os reflexos sobre o consumo foram mais sentidos por parcela da população que, desprotegida da perda de poder de compra do dinheiro, teve os salários corroídos pela alta sistemática dos preços. Isso principalmente para as camadas sociais de renda mais baixa que não tiveram acesso ao mecanismo de correção monetária diária.

Essa realidade dramática produziu uma política econômica instável alternando um grande conjunto de planos e medidas isoladas encaixados dentro de diversas estratégias de combate à inflação. Desse universo de planos quatro deles destacam-se pelos efeitos mais marcantes na dinâmica econômica: a) o primeiro diz respeito ao Plano Cruzado, instituído em fevereiro de 1986; b) O Plano Verão, implementado em janeiro de 1989; c) o Plano Collor que data de março de 1990; d) o Plano Real, que a despeito da preparação por inúmeras ações anteriores, pode ser datado de julho de 1994 quanto ao seu desenho mais definitivo. Independente dos seus resultados, esses conjuntos de medidas alteraram profundamente a realidade econômica, com destaque para as decisões de gastos.

O objetivo do presente artigo discute o comportamento dos gastos do consumidor

paulistano com alimentação no geral e com frutas no particular. Para isso utilizam-se as séries de dados da cesta de mercado levantados pelo Instituto de Economia Agrícola (IEA). Definiu-se o período 1985-95 por abranger as fases anteriores e posteriores aos quatro principais planos econômicos executados, além de que na perspectiva de uma década pode-se ter uma visão mais nítida da tendência do mercado consumidor. As informações, originalmente disponíveis em valores nominais, foram convertidas para valores constantes por meio de deflacionamento pelo Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna (IGP-DI), elaborado pela Fundação Getúlio Vargas (FGV).

## 2 - COMPORTAMENTO DOS GASTOS COM ALIMENTAÇÃO E COM FRUTAS

Os gastos do consumidor paulistano com a aquisição de uma cesta de alimentos mostra tendência de queda no período de janeiro de 1985 quando totalizaram R\$243,18 até novembro de 1993 quando atingiram R\$113,69 (-53,2%). Entre novembro de 1993 e novembro de 1994 ocorreu uma reversão do desempenho anterior com crescimento dos gastos que atingiram R\$178,25 (+56,6%). No período seguinte retoma-se o comportamento de decréscimo tendo atingido R\$156,66 em dezembro de 1995 (-12,1%) (Tabela 1 e Figura 1). Portanto, excluídas as oscilações, verifica-se decréscimo dos gastos com alimentação pelo consumidor paulistano no decênio 1985-95, ressalvada a mudança de patamar com a fase de alta de 1993-94.

Outro aspecto interessante diz respeito aos distintos impactos dos Planos Cruzado, Verão, Collor e Real. No Plano Cruzado, a realidade era de economia com taxas de crescimento do produto positivas que persistiram e foram re-

<sup>1</sup>Engenheiro Agrônomo, Pesquisador Científico do Instituto de Economia Agrícola.

<sup>2</sup>Engenheiro Agrônomo, MS, Pesquisador Científico do Instituto de Economia Agrícola.

TABELA 1 - Evolução dos Gastos Totais com Alimentação e com Frutas, Cidade de São Paulo, 1985-95<sup>1</sup>

Gastos totais com frutas													
Ano	Jan.	Fev.	Mar.	Abr.	Maió	Jun.	Jul.	Ago.	Set.	Out.	Nov.	Dez.	Média
1985	34,51	32,17	29,00	28,44	29,27	30,43	19,38	16,31	17,20	19,65	23,23	22,76	25,20
1986	18,80	20,18	19,64	17,85	17,80	17,09	16,33	18,26	18,20	21,71	27,15	25,16	19,85
1987	23,61	22,56	19,91	15,90	14,60	12,47	13,09	15,28	16,58	18,52	23,94	21,84	18,19
1988	22,88	17,78	15,59	14,74	13,88	12,89	14,94	16,45	17,10	17,56	18,46	17,01	16,61
1989	13,33	14,42	17,97	17,21	15,53	12,70	13,55	15,04	15,76	14,35	16,95	16,43	15,27
1990	14,72	14,83	13,96	14,55	14,93	14,75	17,49	19,09	18,36	19,61	17,94	18,09	16,53
1991	15,09	16,54	16,99	15,21	15,63	15,28	14,28	14,04	15,31	14,44	16,44	14,46	15,31
1992	12,83	12,45	15,30	15,32	13,05	12,54	12,29	12,60	11,45	12,16	11,99	12,86	12,90
1993	11,05	11,03	10,19	10,76	9,49	9,47	9,25	9,86	9,99	11,83	11,98	11,88	10,57
1994	11,84	11,63	12,22	10,81	10,96	10,59	15,21	20,70	22,04	28,27	32,43	29,83	18,04
1995	23,65	23,67	26,68	27,16	28,02	25,29	22,85	23,50	21,64	20,82	22,62	22,41	24,03

Gastos totais com alimentação													
Ano	Jan.	Fev.	Mar.	Abr.	Maió	Jun.	Jul.	Ago.	Set.	Out.	Nov.	Dez.	Média
1985	243,18	251,29	244,16	239,92	240,53	248,34	205,57	191,11	182,53	182,65	191,63	190,32	217,60
1986	201,48	199,40	188,69	186,68	183,18	181,67	175,50	177,28	174,59	181,53	202,80	211,98	188,73
1987	217,30	194,78	175,50	170,70	169,66	159,55	158,45	157,70	151,71	148,79	150,89	145,78	166,73
1988	142,36	135,75	140,60	141,99	142,81	148,78	151,52	151,48	151,45	150,87	158,65	156,59	147,74
1989	151,09	154,09	157,56	164,29	176,11	182,15	158,32	156,46	142,34	130,30	137,28	137,81	153,98
1990	151,46	148,75	144,36	137,84	132,90	140,61	139,68	139,22	140,63	141,20	137,55	133,28	140,62
1991	136,78	137,44	133,27	139,22	134,96	130,56	127,91	122,47	122,36	130,29	134,26	127,21	131,39
1992	125,65	124,91	127,70	126,97	127,13	127,42	126,88	130,76	129,20	130,77	128,23	128,67	127,86
1993	126,35	123,48	124,92	129,71	124,82	121,99	121,05	120,06	115,86	114,46	113,69	119,31	121,31
1994	124,31	120,43	126,43	123,44	122,18	125,91	156,40	161,84	164,46	170,25	178,25	173,69	145,63
1995	163,32	166,04	164,88	162,84	166,91	157,90	150,45	151,19	148,94	147,75	148,70	151,04	156,66

Participação do gasto com frutas nos gastos com alimentação (%)													
Ano	Jan.	Fev.	Mar.	Abr.	Maió	Jun.	Jul.	Ago.	Set.	Out.	Nov.	Dez.	Média
1985	14,19	12,80	11,88	11,85	12,17	12,25	9,43	8,53	9,42	10,76	12,12	11,96	11,58
1986	9,33	10,12	10,41	9,56	9,72	9,41	9,30	10,30	10,42	11,96	13,39	11,87	10,52
1987	10,87	11,58	11,34	9,31	8,61	7,82	8,26	9,69	10,93	12,45	15,87	14,98	10,91
1988	16,07	13,10	11,09	10,38	9,72	8,66	9,86	10,86	11,29	11,64	11,64	10,86	11,24
1989	8,82	9,36	11,41	10,48	8,82	6,97	8,56	9,61	11,07	11,01	12,35	11,92	9,92
1990	9,72	9,97	9,67	10,56	11,23	10,49	12,52	13,71	13,06	13,89	13,04	13,57	11,75
1991	11,03	12,03	12,75	10,93	11,58	11,70	11,16	11,46	12,51	11,08	12,24	11,37	11,65
1992	10,21	9,97	11,98	12,07	10,27	9,84	9,69	9,64	8,86	9,30	9,35	9,99	10,09
1993	8,75	8,93	8,16	8,30	7,60	7,76	7,64	8,21	8,62	10,34	10,54	9,96	8,71
1994	9,52	9,66	9,67	8,76	8,97	8,41	9,73	12,79	13,40	16,61	18,19	17,17	12,39
1995	14,48	14,26	16,18	16,68	16,79	16,02	15,19	15,54	14,53	14,09	15,21	14,84	15,34

<sup>1</sup>Em real médio de 1995, corrigido pelo Índice 2, de Conjuntura Econômica, da Fundação Getúlio Vargas (FGV).  
Fonte: Instituto de Economia Agrícola.

forçadas pelas medidas adotadas. No período anterior, uma grande seca, no final de 1985 e início de 1986, puchava os preços para cima. Nessa conjuntura foi adotado o congelamento de preços entre fevereiro e setembro de 1986 que, enquanto persistiu, houve queda dos gastos com alimentação. Mas, com preços liberados ocorreu uma alta abrupta até janeiro de 1987, desde quando retomaram a queda.

De fevereiro de 1988 a outubro de 1989, a coincidência de seca com geadas localizadas alavancava o crescimento dos preços, quando a edição do Plano Verão, em janeiro de 1989, acirrou essa tendência com novo congelamento de preços. Desrespeitado pela proliferação do mercado negro, em especial de feijão,

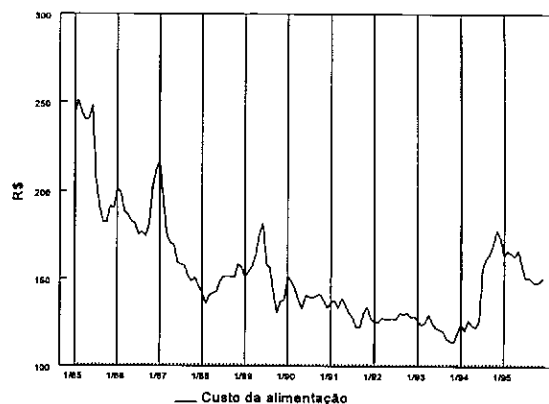


Figura 1 - Gastos Médios Mensais com Alimentação, 1985-95.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola.

carnes e produtos avícolas, criou-se uma realidade de escassez artificial em plena safra.

Com o Plano Collor, os preços mantiveram-se em torno de um mesmo patamar, conjuntura que se prolongou numa realidade recessiva e inflação crescente. Vários fatores contribuíram para esse comportamento: a) num primeiro momento, o enorme choque de liquidez em plena colheita da safra de verão obrigou o rápido escoamento da produção para viabilizar os gastos operacionais dos agropecuaristas que tiveram seus recursos retidos; b) essa perspectiva era ainda decorrente do descompasso entre as correções dos preços mínimos e dos juros do crédito rural, levando à procura de venda rápida para tentar honrar os empréstimos; c) a colheita da safra havia batido recordes gerando impactos sobre os preços; d) a redução do poder de compra da população pelo desemprego e salários defasados constituiu-se em redução da demanda, pressionando os preços para baixo.

Com o Plano Real retorna-se à conjuntura de inflação reduzida e economia em crescimento no triênio 1993-95. Na fase da implementação da troca de moeda, em julho de 1994, a agropecuária foi assolada por um inverno rigoroso com geadas pesadas e, logo em seguida, por uma seca que atrasou o plantio de verão. Essa fase mostra preços ascendentes pelos impactos climáticos, como a perda por geada de frutícolas e olerícolas, e na fase posterior por movimentos especulativos forjando escassez com base no atraso do plantio pela seca. Entretanto, a retomada da tendência de queda dos gastos com alimentação, na fase seguinte, deu-se a partir de um patamar mais elevado de preços. Desse modo, pode-se também agregar como causa o alargamento das margens dentro das principais cadeias produtivas, numa realidade em que os preços aos consumidores caíram menos que os preços aos agropecuaristas. Isso decorre de uma prática dos agentes a jusante da cadeia (em especial os supermercados) de repassarem os custos do capital de giro elevados pelos juros altos e também recomporem seus lucros, anteriormente derivados do *float* (pois recebiam à vista e pagavam a prazo com inflação elevada) e que deixara de ser possível com a inflação baixa.

O comportamento dos gastos com frutas, em linhas gerais, segue as tendências dos gastos globais com alimentação. A tendência geral é de queda dos gastos, inclusive com a mudança de patamar no Plano Real. Ainda

assim essa diminuição no caso das frutas revela-se mais acentuada que os gastos globais com alimentação, 73,2% contra 52,3%, quando se compara setembro de 1993 com janeiro de 1985 (o mesmo ocorre nas médias anuais 1985-93, com 58,1% de redução para as frutas e 44,3% para a alimentação como um todo) (Tabela 1). Com o crescimento da economia em 1993 e o início das medidas que iriam sustentar o Plano Real, os gastos com frutas saltam de R\$9,99 em setembro de 1993 para R\$32,43 em novembro de 1994, num movimento derivado da especulação devido à inundaçã<sup>3</sup>, à geada e à seca, o que pode ser notado com o incremento de R\$10,59 para R\$20,70 entre maio e agosto de 1994 (Tabela 1).

O efeito das condições climáticas, dando origem a bruscas alterações de preços, mostra uma característica dos mercados consumidores de produtos agropecuários, mas nas frutas frescas, em função da condição de perecíveis, isso se revela mais nítido. Da mesma maneira, os congelamentos de preços são menos eficazes nesses casos, gerando inclusive, às vezes, surtos especulativos exatamente ao contrário do esperado<sup>4</sup>. Ressalte-se, porém, que na escassez derivada de condições climáticas desfavoráveis, momentaneamente ou por períodos mais longos, os consumidores tendem a reduzir os gastos totais com frutas face aos preços maiores. Esse comportamento não é captado por séries de gastos como a que foi utilizada a partir de quantidades fixas de frutas (Figura 2).

De qualquer maneira existe ainda a necessidade de análise do salto dos gastos com frutas ocorrido entre junho e novembro de 1994. Os gastos com frutas passaram de R\$10,59 para R\$32,43, registrando alta de 206,2%, enquanto na alimentação global, a evolução foi de 41,8% no período. Excluindo-se as frutas, os gastos de alimentação teriam aumentado 26,4% (de R\$115,32 para R\$145,82) nesse período, nível que seria menor ainda com a exclusão também de outros perecíveis como as olerícolas. Nos meses seguintes (novembro de 1994 a dezem-

<sup>3</sup>Em março de 1994, uma grande inundaçã<sup>3</sup> atingiu o Vale do Ribeira, provocando enormes perdas na safra de banana, com efeito sobre a oferta do produto no segundo semestre do ano.

<sup>4</sup>Isso deriva da importância das feiras livres na distribuição varejista das frutas frescas, pois nesses equipamentos torna-se mais difícil impor medidas de tabelamento, ao contrário dos demais alimentos, em que os supermercados representam o principal meio de atingir o consumidor.

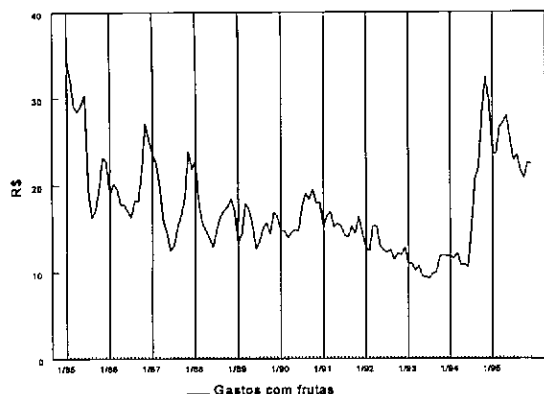


Figura 2 - Gastos Médios Mensais com Frutas, 1985-95.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola.

bro de 1995), os gastos com frutas caíram de R\$32,43 para R\$24,03 (-25,91%) enquanto na alimentação global essa redução foi de R\$178,25 para R\$156,66 (-12,12%), mostrando tendência de queda ainda que a partir de um patamar mais elevado (Tabela 1).

O que chama a atenção com a mudança comportamental dos gastos com frutas no Plano Real é o aumento da participação dos gastos com frutas nos dispêndios globais com alimentação. Ainda que esse indicador tenha variações às vezes elevadas, em todo período de janeiro de 1995 a junho de 1994, como tendência notava-se uma enorme estabilidade em torno de um patamar entre 9% e 11%. Entretanto, com o Plano Real esse patamar saltou para níveis superiores e, mesmo com a superação dos movimentos especulativos, derivados das condições climáticas desfavoráveis do segundo semestre de 1994, os patamares ainda se mantêm mais altos (Figura 3). Uma explicação para esse fato poderia ser o aumento do consumo de frutas em decorrência de que a estabilidade econômica permitiu o acesso ao mercado consumidor de frutas de parcela da população antes excluída, por efeitos danosos da inflação sobre os salários (em especial os mais baixos).

### 3 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

O comportamento dos gastos do consumidor paulistano com alimentação mostra uma tendência declinante no período compreendido entre janeiro de 1985 e dezembro de 1995. Ao mesmo tempo, o aprofundamento da análise revela os efeitos climáticos, geadas, enchentes

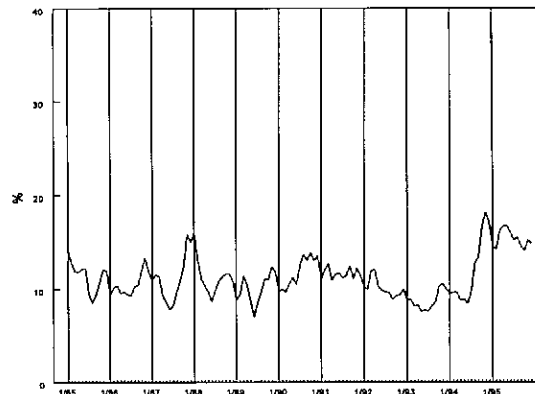


Figura 3 - Participação Percentual das Frutas no Total da Alimentação, 1985-95.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola.

e secas, levando a alterações abruptas dos preços, em especial dos alimentos perecíveis como as frutas e olerícolas. A alta decorre não apenas de reduções de oferta, pois, mesmo com redução do consumo (infelizmente não detectáveis nos dados utilizados que estimam os gastos a partir de quantidades fixas), as elevações se mostram mais que proporcionais ao verdadeiro impacto dos fenômenos naturais observados.

Esse aspecto fica muito nítido no tocante ao Plano Real, em que a especulação realizada pelos oligópolios dos mercados centrais e da distribuição varejista aproveitaram a oportunidade para recompor suas margens relativas de comercialização. Isso porque a pretexto de fatores climáticos (enchente seguida de seca e geada), os preços do conjunto de produtos alimentares subiram no segundo semestre de 1994 sob a expectativa de quebra da safra 1994/95. Entretanto, mesmo na presença de outra supersafra e da importação de quantidades recordes no caso das frutas frescas, a redução mostra-se lenta e está longe de atingir os patamares anteriores à alta da metade de 1994<sup>5</sup>. Trata-se, assim, da possibilidade de que isso decorra da recomposição relativa das posições dos agentes dentro de cada cadeia produtiva, o que exigiria verificar aumentos da amplitude das margens totais. Para os cereais, têxteis e mesmo

<sup>5</sup>A relação entre o aumento dos dispêndios e a alta dos preços pode ser verificada em Souza, Sueli A.M. & Gonçalves, José S. Gastos do consumidor e preços das frutas no varejo paulistano no período de janeiro de 1993 a agosto de 1994. *Informações Econômicas*, SP, v.24, n.10, p.85-92, out. 1994.

animais, isso parece mais claro com reduções mais que proporcionais nos preços recebidos pelos agropecuaristas em relação aos pagos pelos consumidores. A verificação dessa hipótese, levantada em entrevistas com agentes do mercado, carece ainda de comprovação empírica o que não foi objeto deste artigo.

Outro aspecto a verificar para compreender o verdadeiro significado dos impactos do Plano Real no consumo de alimentos está na avaliação do comportamento do consumo aparente, em especial de frutas frescas, com o intuito de comprovar possíveis incrementos de demanda decorrentes de maior sofisticação de hábitos alimentares. O que se tem claro no acompanhamento do mercado consumidor da capital paulista está na maior oferta de frutas importadas, inclusive com padrões de qualidade superiores e mesmo com maior diversificação das espécies comercializadas. Esse aspecto deve ser levado em conta pelos agricultores e formuladores de políticas públicas pois, uma vez que se verifica esse movimento de sofisticação do consumo, as preferências de qualidade dos consumidores tornam cada vez mais incompatíveis com a deficiência dos procedimentos de pós-colheita e mesmo as variedades das espécies frutícolas atualmente em uso no Brasil.

A laranja de mesa a ser consumida com o avanço do processo de sofisticação de consumo certamente não será a Pêra do Rio, principal variedade plantada, visto que os pomares destinam-se à fabricação de sucos. As próprias técnicas de condução dos pomares alteraram-se profundamente com as exigências de qualidade, sendo que a procura de maior produtividade por pé passa na fruticultura a subordinar-se aos critérios de aparência do produto. Essa mesma mudança poderá alterar os tratamentos de pós-colheita e transporte e inclusive as condições de exposição e manuseio do produto na rede varejista, normalmente inadequadas. Essas transformações, por outro lado, podem alterar profundamente a realidade de desperdício decorrentes das enormes perdas no transporte e distribuição de frutas no mercado brasileiro.

Em termos gerais, nota-se que o mercado de produtos alimentares no Brasil está passando por uma grande mudança qualitativa e nesse sentido promoverá impactos em todos os agentes das diversas cadeias produtivas da agricultura. A estabilidade econômica alterando o comportamento dos agentes começa a recriar

o processo de evolução da demanda alargando o consumo dos produtos tradicionais com o acesso de maior parcela da população ao mercado consumido, ao mesmo tempo em que propicia para outras camadas sociais a sofisticação alimentar comprando mais frutas e olerícolas. A enorme disparidade de renda da sociedade brasileira, numa situação de crescimento da renda média, pode dar lugar a um quadro paradoxal de aumento das desigualdades com crescimento da renda de todos os segmentos sociais. Em função disso, os de menor renda têm maiores ganhos e passam a poder consumir alimentos básicos, os de maior renda também têm maiores ganhos e incrementam a sofisticação do consumo, com a ressalva que os mais ricos podem ter incrementos de renda percentualmente superiores. Em sociedades historicamente assentadas na desigualdade, é preciso atentar para essa realidade para se evitar conclusões apressadas e equivocadas.